

OPINIÃO

EDITORIAL

Renúncia fiscal ou regras da OMC?

O governo brasileiro decidiu ocupar maior espaço no uso das regras de apoio à produção nacional permitidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). No mesmo momento, o Brasil resolveu tanto aumentar as renúncias fiscais nas novas Zonas de Processamento de Exportações (ZPE), como ampliar o valor dos subsídios agrícolas para a safra 2006/2007. A estratégia pode conter certa dose de risco, em especial no que diz respeito à isenção total de Imposto de Renda (IR) por dez anos concedida às novas ZPE.

A rigor, os subsídios destinados à agricultura não ferem regras da OMC. Nesta safra a agricultura recebeu o maior valor para comercializar a produção desde 1985, um total de R\$ 2,16 bilhões, sendo que aproximadamente metade destes recursos (R\$ 1,090 bilhão) foi destinada a produtos exportáveis. O alvo principal desta ajuda é a compensação para as sérias distorções logísticas que vitimam o produtor brasileiro. Vale lembrar o expressivo exemplo do milho. A margem de ganho do produtor de milho do norte do Paraná equivaleu nesta safra a 56% do preço de exportação. Porém, quando incluído o gasto do frete,

a vantagem cai para 28%. No entanto, no caso dos produtores do sul de Goiás, a margem é outra: a rentabilidade em relação ao preço de exportação chega a 56%, mas o custo do frete deruba este lucro para 8,5%. Não é por outra razão que o milho recebeu até o momento R\$ 118 milhões e receberá mais R\$ 150

Câmbio representa peso significativo para as vendas externas do setor agrícola. O quadro geral é bem diferente no que se refere às ZPE

milhões até o final do ano. O algodão, produto que compete com os fortes subsídios dos EUA, enfrenta quadro ainda mais grave e será apoiado para compensar as perdas cambiais.

A forte apreciação do real representa peso significativo para as vendas externas do setor agrícola. Há muito tempo que os consultores, e até mesmo técnicos do Ministério da Agricultura, reconhecem que o governo será forçado a aumentar o apoio ao setor por conta do câmbio. Este fato não quer dizer que não há “pecados” na área agrícola. Nos

últimos dez anos, as dívidas do setor rural já ultrapassaram R\$ 130 bilhões. O governo, no entanto, anunciou crédito de mais R\$ 60 bilhões para a próxima safra, recursos 16% maiores que os desta safra. Analistas insistem em que o agricultor talvez precise mais assimilar a necessidade de um sistema de seguro estável que de crédito. Na safrinha passada, dos R\$ 50 bilhões tomados em crédito, apenas R\$ 40 milhões foram objeto de seguro rural.

O quadro geral é bem diferente no que se refere às ZPE. Na última semana de junho, o Senado aprovou projeto alterando a lei das ZPE que datava de 1986. O projeto prevê 17 áreas com renúncias fiscais, à espera apenas da sanção presidencial. Vários estados do Nordeste e do Centro-Oeste receberam as novas zonas de exportação junto com a isenção total do IR por dez anos. O chanceler Celso Amorim alertou que a OMC permite renúncia de impostos sobre valor agregado de produtos exportados, mas “com o Imposto de Renda é diferente”.

Há, também, um descompasso nos resultados da pauta de exportação destes dois setores. Em 2001, quando ocorreu a primeira

grande renegociação das dívidas agrícolas, o setor exportou US\$ 23,7 bilhões. Três anos depois, as exportações do agronegócio atingiram US\$ 49,1 bilhões. Entre 2004 e 2005, a agricultura enfrentou forte crise, mas já no ano passado voltou a crescer, exportando US\$ 49,3 bilhões. E neste ano as previsões são de US\$ 55 bilhões. As pressões do câmbio foram demolidoras para todos, mas o agronegócio (talvez pelos investimentos feitos em tecnologia) sofreu perdas menores.

Os dados da Secretaria de Comércio Exterior mostram que a participação na pauta de exportação dos produtos básicos avançou de 27,6% no primeiro semestre de 2006 para 30,6% de janeiro a junho deste ano. Já a fatia dos manufaturados caiu de 56,1% para 53,5%, na mesma comparação.

Na Rodada Doha as pressões por concessões brasileiras concentram-se no setor industrial, que se tem revelado mais lento no processo de modernização produtiva do que o agrícola. O presidente Lula tem poder de voto sobre as renúncias de IR nas ZPE. Sem dúvida, é hora de certa moderação de Brasília quanto ao tamanho da vara com que se cutuca a onça na OMC.